

CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

Subprocurador-Geral da República, aposentado. *Master of Laws* (LL.M.) pela University of Michigan. Doutor em Direito Público pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Titular de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Curso de Pós-Graduação em Direito da PUC-RJ.

O DEVIDO PROCESSO LEGAL E OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE

3ª edição

Decálogo

LIVRARIA E EDITORA

decalogo@mandamentos.com.br

(31) 3226 7717-3274 2559

Rua Espírito Santo, 1.025-Loja-H-BH-MG

temos um advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o justo. (1Jo2:1)



Rio de Janeiro
2005

SUMÁRIO

<i>Nota Explicativa</i>	XI
<i>Apresentação</i>	XV
<i>Prefácio</i>	XIX
Introdução	1
Capítulo I – Origem e Evolução do Devido Processo Legal	5
Capítulo II – Sentido Processual e Substantivo do Devido Processo Legal	29
Capítulo III – O Princípio da Legalidade, Poder Regulamentar e o Novo Direito Regulatório (Natureza e Limites)	67
Capítulo IV – Razoabilidade e Racionalidade das Leis	141
Capítulo V – O Princípio da Proporcionalidade	195
Capítulo VI – A Proeminência do Poder Judiciário na Declaração do Direito	237
Capítulo VII – As Questões Políticas	267
Capítulo VIII – O Devido Processo Legal na Jurisdição Penal	285
Capítulo IX – O Devido Processo Legal na Jurisdição Civil	301
Capítulo X – O Devido Processo Legal nos Procedimentos Administrativos	335
Capítulo XI – O Devido Processo Legal e os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade na Constituição de 1988	399
Conclusão	411
Anexo – Emenda Aditiva nº ES24488-4	423
Bibliografia	429